

CMN muda contabilidade da dívida pública em 78

Brasília — Até o final deste mês, o Conselho Monetário Nacional vai aprovar alterações na "contabilidade" da dívida pública interna do país, a fim de permitir um maior entrosamento entre o Tesouro e a autoridade monetária, vale dizer, o Banco Central, segundo informou ontem uma fonte do Ministério do Planejamento.

As mudanças estão com sua redação entregue ao Ministro da Fazenda, Mário Henrique Simonsen, que possivelmente submeterá dois decretos à aprovação do Presidente Ernesto Geisel. A alteração terá consequências no esquema de controle da expansão dos meios de pagamento.

Em sua essência, a mudança procura realizar um "acerto de contas" entre o Tesouro e o Banco Central, a fim de definir uma forma mais eficiente de contabilizar a dívida pública interna revelou a fonte. O objetivo é tornar mais claro o que é função do Tesouro e o que é função do Banco Central.

Atualmente, por exemplo, o Tesouro destinou Cr\$ 1 bilhão 800 milhões para pagamento de juros da dívida pública no orçamento de 1978. O serviço da dívida, no entanto, não é responsabilidade do Tesouro. Ele deve sair do orçamento monetário.

Esse "acerto de contas" entre o Tesouro e o Banco

Central deverá possibilitar uma definição mais clara de responsabilidades. E facilitar os controles sobre o desenvolvimento da dívida pública. Informações que circulam na área econômica dão conta da necessidade de uma guarda mais firme do dinheiro enxugado por meio das ORTNS e LTNS.

A dívida pública brasileira, de acordo com essa fonte do planejamento, "aumentou muito nos últimos anos porque não existia, mas não é excessiva como porcentagem do PIB (8,8% no ano passado) e tem uma dimensão menor do que o seu correspondente nos países desenvolvidos".

No Rio, o resgate de Cr\$ 5,5 bilhões em Letras do Tesouro Nacional que retornou quase todo às mãos do mercado permitiu um considerável alívio na liquidez do sistema financeiro, com os cheques do Banco do Brasil, utilizados pelos bancos comerciais para a cobertura de suas perdas na compensação, negociados entre 1,80% ao mês, na abertura, e 0,55% no fechamento. Já os financiamentos *overnight* oscilaram entre 2,10% e 1,50% ao mês no fechamento. Os negócios com cheques do Banco do Brasil somaram Cr\$ 2 bilhões 492 milhões, segundo a ANDIMA.